



Relatório de Actividades e Contas 2017

ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE	Pág. 1
QUEM SOMOS	Pág. 2
APRESENTAÇÃO	Pág. 4
Missão	pág.4
Apresentação	pág.4
Fundamentação	pág.5
Objetivos Estratégicos	pág.6
VIDA ASSOCIATIVA	Pág. 7
ACTIVIDADES	Pág. 8
Reformulação do sítio na internet	pág.8
Formção e Educação	pág.9
Representação Institucional	pág.13
Cooperação	pág.13
Execução de candidaturas	pág.14
Renovação do estatuto de organização não-governamental	pág.14
Comunicação externa	pág.15
Eventos	pág.17
CONSIDERAÇÕES FINAIS	Pág. 20
RELATÓRIO DE CONTAS	Pág. 21



MENSAGEM DO PRESIDENTE

A atividade que, em conjunto, temos realizado tem já impactos positivos e começam a despontar fatores de crescimento do Movimento Associativo que integra a CONSUMARE.

As ações de formação, realizadas mensalmente, têm cada vez mais um público-alvo com capacidade de reproduzir e multiplicar a informação recolhida.

Dirigentes da Administração Pública, professores do ensino secundário e universitário e jovens licenciados assistem em direto à sessão transmitida pela internet. As sementes ficam lançadas e certamente os associados irão ajudar a recolha dos frutos.

A aprovação da Lei de Defesa do Consumidor em São Tomé e Príncipe, em Fevereiro deste ano, e o principiar da primeira Associação de Consumidores em Timor, são

sintomas visíveis de mudança e reconhecimento da importância dos consumidores e de potencial melhoria da realidade socio-económica destes Países.

A CONSUMARE começa a ser conhecida e reconhecido o seu trabalho.

No próximo ano (2018), a Direcção da CONSUMARE continuará a sua acção com empenho e conta com a colaboração de todos os associados.

Estou certo que no seu País cada associado saberá encontrar os temas e promover as actividades e os projectos que melhor responderão às necessidades e aos interesses dos seus concidadãos.

Todos nós contamos com a colaboração, o interesse e a iniciativa de cada um dos parceiros associados!

1. QUEM SOMOS

CORPOS SOCIAIS

DIREÇÃO

Presidente – DECO – Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor

Jorge Manuel Morgado Fernandes

Vice-Presidente – Proteste – Associação Brasileira de Defesa do Consumidor

Maria Inês Dolci

Vice- Presidente – ADECO – Associação para a Defesa do Consumidor (Cabo Verde)

António Pedro Silva

CONSELHO FISCAL

Presidente – ProConsumers – Associação para o Estudo da Defesa do Consumidor (Moçambique)

Alexandre Bacião

Vogal – ACOBES – Associação de Consumidores de Bens e Serviços da Guiné-Bissau

Fodé Carambá Sanhá

Vogal – ASDECO – Associação S. Tomense de Defesa do Consumidor

João Sousa Pontes Tavares

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente – FAAC – Federação Angolana de Associações de Consumidores

Domingos da Conceição Sebastião

Vice-presidente – ProConsumers – Associação para o Estudo da Defesa do Consumidor (Moçambique)

Francisco José Lopes Lichucha

Secretário – DECO – Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor

Filipe Nuno Vieira Neves Fontoura



MISSÃO

No âmbito dos seus estatutos e órgãos sociais, a CONSUMARE visa promover, desenvolver, fomentar e apoiar a defesa dos direitos dos consumidores.

Apoiando os seus membros e trabalhando diretamente com estes, visa informar os consumidores bem como defender e promover os seus direitos.

APRESENTAÇÃO

Formalmente constituída a 7 de maio de 2014, em Lisboa, a CONSUMARE tem como fundadores e membros associados as seguintes associações, pertencentes a 7 países da CPLP:

FAAC – Federação Angolana de Associações de Consumidores; **PROTESTE** – Associação Brasileira de Defesa do Consumidor; **ADECO** – Associação para Defesa do Consumidor de Cabo Verde; **ACOBES** – Associação de Consumidores de Bens e Serviços da Guiné-Bissau; **ProConsumers** – Organização Moçambicana de Estudo e Defesa do Consumidor; **DECO** – Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor; **ASDECO** – Associação São-tomense de Defesa do Consumidor.

Como membro Observador (instituições públicas dos Estados a que pertencem ou podem pertencer os membros efetivos e que, direta ou indiretamente, contribuem para a defesa dos direitos e legítimos

interesses dos consumidores): **Conselho de Consumidores** da Região Administrativa Especial de **Macau** da República Popular da China.

A CONSUMARE é uma organização de direito privado, de âmbito internacional, sem fins lucrativos, com o estatuto de Organização Não-governamental para o Desenvolvimento, reconhecido pelo Estado português tal como está expresso no Estatuto das ONGD e no Protocolo de Cooperação celebrado entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros e a Plataforma Portuguesa.

Sendo uma organização Internacional de Associações de consumidores de países, territórios e regiões administrativas de língua oficial portuguesa ou com acordos especiais no domínio da preservação da língua portuguesa como património histórico e cultural, nasceu pela vontade expressa de várias Associações de defesa do consumidor, unidas por laços culturais e históricos, tendo como escopo o estreitamento de contactos, a partilha da informação entre as mesmas, bem como a cooperação em diferentes atividades respeitantes à promoção da defesa dos consumidores.

FUNDAMENTAÇÃO

As Associações de consumidores de língua portuguesa, enquanto organizações promotoras da cidadania e com efetivos contributos para o aperfeiçoamento da participação democrática, enfrentam, nas diferentes regiões, desafios de crescimento e de afirmação do movimento de defesa dos consumidores, cujo debate pode contribuir para a melhoria de soluções e concertação de posições comuns, sendo a língua portuguesa um instrumento privilegiado de desenvolvimento e de afirmação desse mesmo movimento.

A posição privilegiada da Língua Portuguesa, enquanto um dos idiomas mais falados no mundo, é o nosso principal instrumento de desenvolvimento e de afirmação deste movimento internacional de defesa dos consumidores.

O trabalho da CONSUMARE justifica-se no aproveitamento de sinergias, de troca de experiências; da valorização da defesa do consumidor; da sociedade civil; valorização da cidadania; aumento e melhoria da informação a todos os cidadãos; mais justiça, aumento e melhoria do funcionamento dos mercados; empresas mais cumpridoras da Lei e maior qualidade no desempenho das empresas.

Os Estados-Membros dos países da CPLP adotaram uma economia de mercado, abrindo o seu espaço a operadores nacionais e estrangeiros;

Num mercado aberto, os desequilíbrios entre os consumidores e as empresas (desequilíbrios no que diz respeito à informação que cada um detém sobre os produtos) só são ultrapassados através de instrumentos de política como a concorrência e a defesa do consumidor;

Os cidadãos destes Estados enfrentam dificuldades no acesso a bens essenciais, como a energia (blackouts), a água, os transportes e os produtos alimentares e, por outro lado, os cidadãos destes Estados que acedem aos bens de consumo encontram um mercado que não os protege da eventual concorrência desleal das empresas e das práticas comerciais abusivas;

A defesa do consumidor é uma importante ferramenta da cidadania possibilitando uma maior consciência dos direitos e dos deveres e equilibrando o mercado;

Nas Associações de defesa do consumidor, existem problemas de capacidade técnica para concretizar projetos e criar estratégias dirigidas aos cidadãos.

A ausência de informação do consumidor, face a um progressivo aumento das estratégias de marketing cada vez mais agressivo, colocam o consumidor numa situação de cada vez maior fragilidade e retiram-lhe possibilidade de intervenção em defesa dos seus direitos.

OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

Contributo para a defesa dos direitos dos consumidores no papel da democracia, pelo reforço da cidadania obtido através da participação dos cidadãos nas decisões políticas e económicas;

Informação aos cidadãos para o aumento de um papel mais ativo, mais esclarecido e mais consciente do exercício dos seus direitos;

Reforço do equilíbrio na distribuição dos benefícios do mercado;

Maior visibilidade e solução aos problemas dos consumidores;

Reforço da cooperação e dos laços de colaboração entre associações de consumidores dos países, territórios e regiões administrativas de língua oficial portuguesa, criando os mecanismos e os modelos que melhor sirvam a troca de experiências e conhecimentos;

Promoção da realização de ações e projetos tendo em vista os interesses específicos dos seus associados e das comunidades onde se inserem;

Filiação noutros organismos internacionais de defesa dos consumidores; nomeadamente na Consumers International;

Celebração de parcerias e protocolos com organismos dos Estados dos seus associados, visando a realização de ações, iniciativas, eventos e publicações;

Realização de congressos e outros eventos científicos, jurídicos e culturais, bem como participação em redes de pesquisa, de trabalho e publicações;

Estabelecimento e manutenção de contactos com organizações similares que existam noutros países ou representem comunidades linguísticas no domínio da defesa dos consumidores, tendo em vista a coordenação de iniciativas comuns;

Desenvolvimento e manutenção do sítio de internet, que permite a partilha, comunicação e interação instantânea entre os associados, bem como outras ferramentas e plataformas tecnológicas essenciais à prossecução das atividades.

VIDA ASSOCIATIVA

Ao longo do ano foram mantidos contactos regulares por *skype* ou por *e-mail* com cada um dos associados. Divulgaram-se pelos associados informações escritas e temas com interesse para a defesa do consumidor nestes países.

A pedido de alguns associados foram enviadas propostas de projetos-tipo a ser apresentados pelo associado ao seu Governo nacional.

Conforme definido estatutariamente foi realizada uma Assembleia Geral

(via *skype*) que aprovou, entre outros temas, o Plano de Atividades para 2018. Realizaram-se ainda 2 reuniões de Direção.

Em Junho, a vice-presidência da Consumare deixou de ser assegurada por Cláudio Considera. O cargo passou a ser desempenhado por Maria Inês Dolci.

A Direção da Consumare agradece toda a colaboração e solidariedade recebido do Cláudio Considera, membro fundador da organização.



A assessora da direção, Joana Simões, abraçou outros projectos profissionais, pelo que deixou de colaborar na CONSUMARE em Dezembro de 2017. Estas funções passaram a ser asseguradas por Graça Cabral.

2. ACTIVIDADES

Manteve-se o empenho da CONSUMARE em quebrar barreiras geográficas e aproximar as diferentes realidades nacionais, garantindo o interesse de todos em todas as ações manteve-se.

Destacam-se as seguintes actividades:

2.1. REFORMULAÇÃO DO SÍTIO NA INTERNET

O ano 2017 ficou marcado pelas grandes alterações introduzidas no

nosso sítio na Internet, tanto a nível do seu grafismo, tornando-o mais perceptível e mais atual, como a nível do seu conteúdo, reformulado e atualizado.

Esta remodelação pretendeu incentivar os membros a visitar regularmente o nosso sítio na Internet, procurando promover o diálogo e a partilha de conhecimentos e iniciativas entre os associados e simultaneamente afirmar a importância da defesa do consumidor nos Países de Expressão Portuguesa.



2.2. FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO

Ao longo do ano realizaram-se 11 Ações de Formação E-Learning, dinamizadas por técnicos da DECO (7

acções), da ADECO (1 acção) e da Proteste Brasil (3 acções), acerca dos seguintes temas:

Ações de formação realizadas		
DIREITOS DOS CONSUMIDORES NA ERA DIGITAL	Diogo Nunes DECO	18 Janeiro
EDUCAÇÃO DO CONSUMIDOR. ORGANIZAÇÃO DE CAMPANHAS	Fernanda Santos DECO	15 Fevereiro
PRÁTICAS COMERCIAIS DESLEAIS	Maria Inês Dolci Proteste	08 Março
O PAPEL DAS ASSOCIAÇÕES DE CONSUMIDORES NA PROMOÇÃO DO DIREITO À SAÚDE: O CASO DE CABO VERDE	Maria Odette Pinheiro ADECO	12 Abril
INQUÉRITOS AOS CONSUMIDORES: METODOLOGIA	Fernanda Santos DECO	27 Maio
SEGURANÇA INFANTIL	Inês Paraíso DECO	21 Junho
DIREITO DE AUTOR/ DIREITO DO CONSUMIDOR	Maria Inês Dolci Proteste	12 Julho
ÁGUA – USO RACIONAL	Sílvia Menezes DECO	20 Setembro
HIGIENE E SEGURANÇA ALIMENTAR	Sofia Mendonça DECO	18 Outubro
DIREITOS DOS PASSAGEIROS AÉREOS	Maria Inês Dolci Proteste	22 Novembro
RECICLAGEM: MOBILIZAR OS CONSUMIDORES	Carolina Gouveia DECO	13 Dezembro

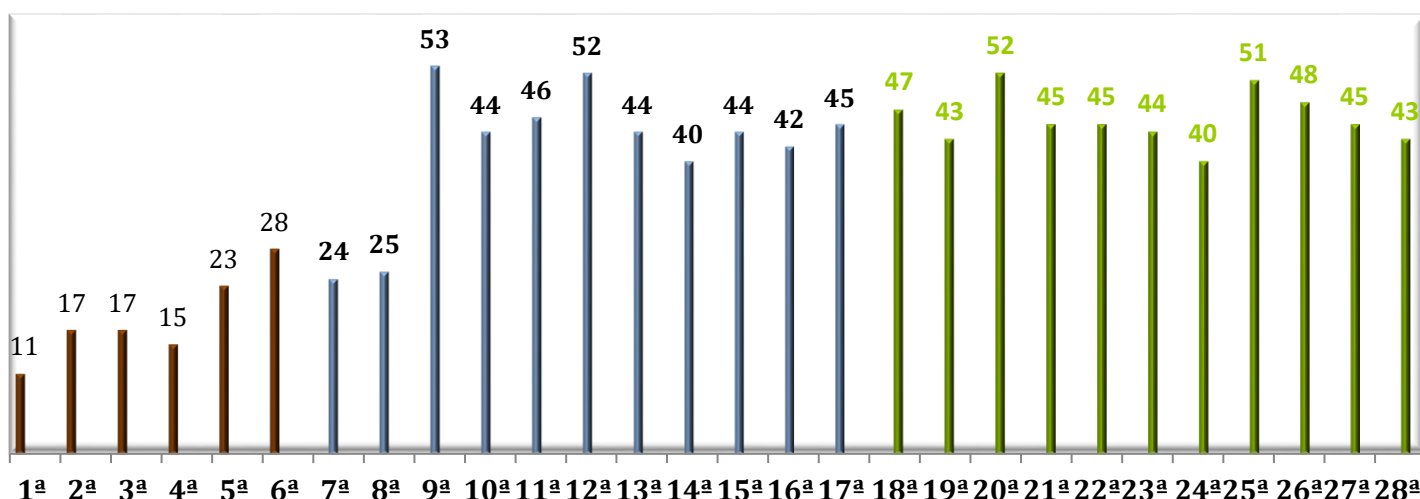
Cada uma destas acções foi preparada junto dos participantes, com o envio prévio de documentos de apoio, para facilitar o acompanhamento da intervenção do orador.

As sessões foram filmadas e cada sessão foi posteriormente disponibilizada no site da Consumare. Os vídeos poderão ser reutilizados quando for considerado útil e necessário. Acreditamos que, pelo número de participantes em casa

sessão e pela sua capacidade de reproduzir e multiplicar esta formação, com esta actividade regular a CONSUMARE está a contribuir para a melhoria da capacitação técnica dos seus membros associados

MÉDIA DE PARTICIPANTES NAS FORMAÇÕES E-LEARNING

■ 2015 ■ 2016 ■ 2017



Têm participado nestas acções, segundo critérios de interesse e oportunidade dos temas tratados, dirigentes e colaboradores associativos, dirigentes e membros da Administração Pública, professores e alunos do ensino secundário e universitário.



Direito do Autor/ Direito do Consumidor



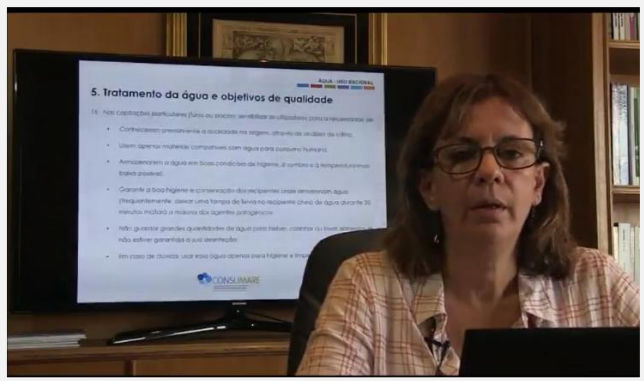
Serviços

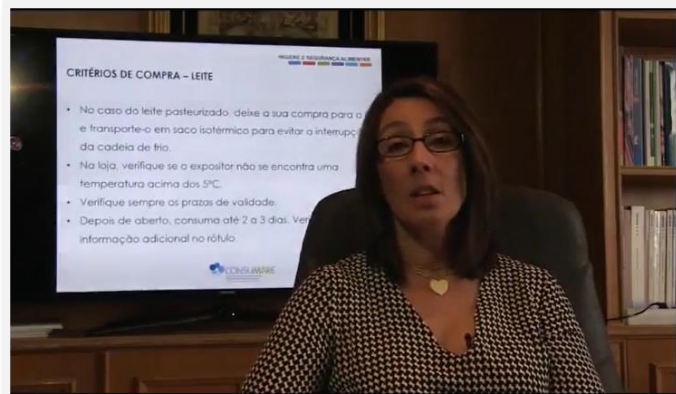
- **A PROTESTE possui uma plataforma de reclamação para problemas de consumo**, que deixa o relato disponível para consulta de todos os interessados e ainda o encaminha diretamente a empresa, fortalecendo a reivindicação do consumidor;



- **Ranking das empresas mais reclamadas;**
- **Comparador com base no preço e qualidade de produtos e serviços** analisados de acordo com testes feitos.

PROTESTE Dona Maria Inês





2.3. REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL

A Direção da CONSUMARE tem realizado inúmeros contactos institucionais, destacando-se as reuniões com o Secretário de Estado Adjunto do Comércio, Governo de Portugal e a Direção Geral do Consumidor

A Direção endereçou, ainda, convites para adesão à Organização com o estatuto de Observadores a

2.4. COOPERAÇÃO

Tem-se estimulado os associados a desenvolverem contactos bilaterais com as outras associações membros da CONSUMARE, sem perder de vista o interesse na filiação de cada associado na Consumers International.



representantes dos Governos e Administração Pública dos Estados Membros da Consumare.

O Presidente da Direcção recebeu, em Maio, o Embaixador da Comissão Europeia em Timor que pretendia conhecer melhor a nossa organização e reafirmar a sua disponibilidade e interesse em apoiar a constituição oficial da Associação de Consumidores de Timor Leste

Em Maio iniciaram-se contactos com um grupo de cidadãos timorenses mobilizados para a criação de uma estrutura de defesa do consumidor. Mantiveram-se contactos para apoiar a iniciativa deste grupo fundador. A Associação Tane Konsumidor foi criada e já obteve reconhecimento oficial.

A Direção da CONSUMARE sente uma grande satisfação pela fundação da Tane Konsumidor e tentará os apoios possíveis para que também Timor participe na CONSUMARE.

2.5. EXECUÇÃO DE CANDIDATURAS

Ao longo do ano foram submetidas 3 candidaturas a projectos apoiados por entidades oficiais, nomeadamente ao Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, duas candidaturas, uma delas em parceria com o Instituto Marquês Valle Flor, e à Direção Geral do Consumidor.

A maior dificuldade em obter apoio prende-se com a inexistência de outras fontes de financiamento que possam garantir uma co-financiamento dos projectos apresentados.

2.6. RENOVAÇÃO DO ESTATUTO DE ORGANIZAÇÃO NÃO-GOVERNAMENTAL

O estatuto de ONG é renovado de 2 em 2 anos, mediante a apreciação das actividades da entidade em causa. A CONSUMARE apresentou o seu pedido de renovação junto do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, o qual foi deferido até 2019.



2.7. COMUNICAÇÃO EXTERNA

Explorando as potencialidades do nosso sítio na internet e das redes sociais oficiais, Facebook e Twitter, foram publicadas notícias e

informações diversas sobre as iniciativas e realidades de defesa do consumidor de todos os países membros da CONSUMARE.



O papel da agricultura no continente africano

A agricultura no continente africano pode ser parte da solução para as elevadas taxas de desemprego de jovens e a fuga da população. Quem o diz é Josefa Sacko, comissária [...]

06/12/2017 GraçaCabral Notícias



Guiné-Bissau prepara reforma tecnológica do setor público

Dezenas de funcionários públicos guineenses participaram hoje num seminário sobre a transformação digital do setor público no âmbito do projeto de apoio à melhoria da qualidade e proximidade dos serviços [...]



Pretendendo apoiar atividades e comunicações internas, o sítio foi assinalando efemérides

internacionais e iniciativas passíveis de réplica nos países membros.



Dia Mundial da Alimentação 2017

CONSUMARE Este ano aproveitamos a semana do Dia Mundial da Alimentação para celebrar com uma sessão E-Learning sobre: HIGIENE E SEGURANÇA ALIMENTAR Na 4ª feira, dia 18 de Outubro Revejam [...]

16/10/2017 GraçaCabral Notícias

18/10/2017 GraçaCabral Formação



Dia Mundial da Obesidade

No Dia Mundial da Obesidade divulgamos a campanha promovida pela DECO: De olho no rótulo O objetivo é ajudar os consumidores a interpretar os rótulos de forma simples e rápida, [...]



A rede social Facebook conta com 230 seguidores, tendo já começado a receber pedidos de esclarecimento através desta rede. As publicações

alcançaram, em média 30 pessoas tendo recebido muitas dezenas de “gostos”.



231 gostos + 2 esta semana
Rui Cabral e 70 outros amigos

231 seguidores

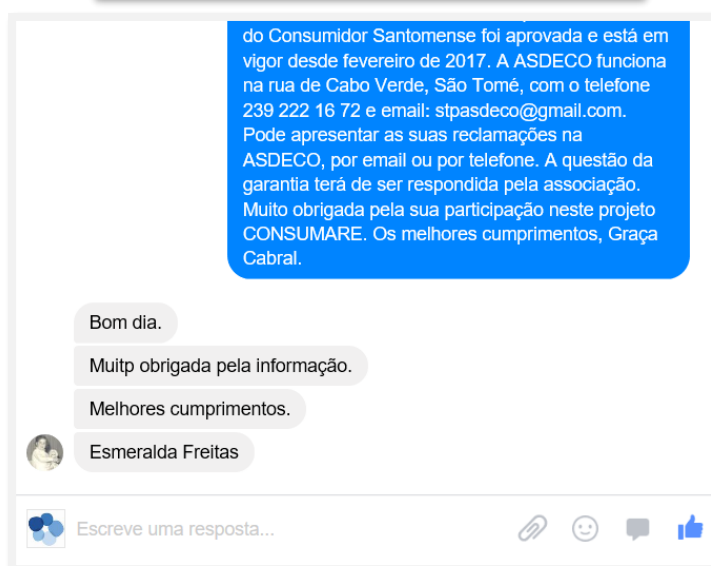
Ver Feed de Páginas
Publicações de Páginas das quais gostaste em nome da tua Página

Promove a tua publicação
"Consumidor..." está a ter um melhor desempenho do que 95% das tuas...

153 alcance de publicações esta semana

Comunidade Ver Tudo

Natália Nunes e 70 outros amigos gostam disto



do Consumidor Santomense foi aprovada e está em vigor desde fevereiro de 2017. A ASDECO funciona na rua de Cabo Verde, São Tomé, com o telefone 239 222 16 72 e email: stpasdeco@gmail.com. Pode apresentar as suas reclamações na ASDECO, por email ou por telefone. A questão da garantia terá de ser respondida pela associação. Muito obrigada pela sua participação neste projeto CONSUMARE. Os melhores cumprimentos, Graça Cabral.

Bom dia.

Muitp obrigada pela informação.

Melhores cumprimentos.

Esmeralda Freitas

Escreve uma resposta...

2.8. EVENTOS

FORMAÇÃO RODOVIÁRIA

SEGURANÇA

A pedido da ADECO, associação de Cabo Verde, e na sequência da formação e.learning realizada em Novembro de 2016, decorreu entre 4 a 13 de Abril deste ano a ação de formação “Segurança Rodoviária para Todos”, evento enquadrado nas actividades da CONSUMARE.

Esta formação, realizou-se nas ilhas de Santiago, São Vicente e Sal, tendo terminado com a realização de um seminário na ilha de Santo Antão. Pretendeu-se capacitar os instrutores

de condução em diversos temas formandos da segurança rodoviária, como a condução defensiva e sensibilizá-los sobre a importância dos equipamentos de segurança activa e passiva e também para outros aspectos comportamentais, tendo em vista a redução da sinistralidade rodoviária.

A formação foi ministrada pelo técnico Alexandre Marvão.

Foi uma actividade realizada em parceria com a DECO e teve o apoio da União Europeia, bem como de outras entidades cabo verdianas.

17



FORMAÇÃO
"SEGURANÇA
RODOVIÁRIA
PARA TODOS"

ADECO
 Associação para Defesa do Consumidor

Abril 2017
 Santiago, Praia | 04 e 06
 São Vicente | 07 e 08
 Santo Antão | 10 (Seminário)
 Sal | 12 e 13





PALESTRA “SISTEMAS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS DE CONSUMO”

No âmbito das parcerias entre os membros CONSUMARE a ADECO - Associação Cabo Verdiana de Defesa do Consumidor, com o apoio da DECO, realizou uma palestra sobre sistemas alternativos de Resolução de Conflitos de Consumo.

A acção teve lugar na Ilha do Sal, no dia 28 de agosto, sendo orador Paulo Fonseca, coordenador do Departamento Jurídico e Económico da DECO.

A palestra teve a cobertura da Televisão Oficial de Cabo Verde.

19



3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sede da Organização Internacional de Associações de Consumidores de Língua Portuguesa - CONSUMARE funciona, a título de comodato, nas instalações da Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor - DECO, sitas na Rua Artilharia Um, 79-5º andar, em Lisboa, Portugal.

A DECO disponibilizou os recursos humanos e logísticos que permitiram a viabilização deste relatório de atividades.

As contas da CONSUMARE são analisadas pelo seu Conselho Fiscal e auditadas por um Contabilista Certificado, conforme Parecer e Relatório de Contas que se anexam ao presente relatório.

Os recursos financeiros da Organização dependem exclusivamente das quotas anuais dos Associados e Observadores.

Lisboa, 23 de Março de 2018

A Direção

Jorge Morgado (DECO)

(Presidente)

Maria Inês Dolci (PROTESTE)

(Vice-Presidente)

António Pedro Silva (ADECO)

(Vice- Presidente)

RELATÓRIO E CONTAS

BALANÇO INDIVIDUAL
31 DE DEZEMBRO DE 2017


RUBRICAS	NOTAS	EXERCÍCIOS	
		2017	2016
ACTIVO			
Activo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	4	0,00 €	0,00 €
Bens do património histórico e cultural		0,00 €	0,00 €
Ativos intangíveis	5	0,00 €	0,00 €
Investimentos financeiros	9	0,00 €	0,00 €
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Associados		0,00 €	0,00 €
Outros créditos e ativos não correntes		0,00 €	0,00 €
		0,00 €	0,00 €
Activo corrente:			
Inventários	7	0,00 €	0,00 €
Créditos a receber	11	0,00 €	0,00 €
Estado e outros entes públicos	11	0,00 €	0,00 €
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Associados	11	900,00 €	1.400,00 €
Diferimentos	11	0,00 €	0,00 €
Outros ativos correntes	11	0,00 €	0,00 €
Caixa e depósitos bancários	11	9.034,88 €	7.239,78 €
		9.934,88 €	8.639,78 €
Total do Activo		9.934,88 €	8.639,78 €

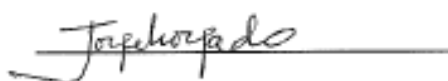


BALANÇO INDIVIDUAL
31 DE DEZEMBRO DE 2017

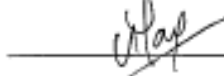

RUBRICAS	NOTAS	EXERCÍCIOS	
		2017	2016
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais:			
Fundos		0,00 €	0,00 €
Excedentes Técnicos		0,00 €	0,00 €
Reservas		0,00 €	0,00 €
Resultados transitados		6.839,78 €	2.425,99 €
Excedentes de revalorização		0,00 €	0,00 €
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		0,00 €	0,00 €
		6.839,78 €	2.425,99 €
Resultado líquido do período		2.795,10 €	4.413,79 €
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS		9.634,88 €	6.839,78 €
Passivo :			
Passivo não corrente:			
Provisões		0,00 €	0,00 €
Provisões específicas		0,00 €	0,00 €
Financiamentos obtidos	11	0,00 €	0,00 €
Outras dívidas a pagar		0,00 €	0,00 €
		0,00 €	0,00 €
Passivo corrente:			
Fornecedores	11	300,00 €	0,00 €
Estado e outros entes públicos	11	0,00 €	0,00 €
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Associados		0,00 €	0,00 €
Financiamentos obtidos	11	0,00 €	0,00 €
Outras contas a pagar	11	0,00 €	1.800,00 €
Diferimentos		0,00 €	0,00 €
Outros passivos financeiros			0,00 €
		300,00 €	1.800,00 €
TOTAL DO PASSIVO		300,00 €	1.800,00 €
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E DO PASSIVO		9.934,88 €	8.639,78 €

Página 2 de 2

A Direcção



O Contabilista Certificado nº 38468



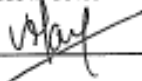
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Curpa

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS	
	2017	2016
Quotizações de Associados de 2016 e anteriores		
-Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor - DECO	0,00 €	0,00 €
-Proteste - Associação Brasileira Defesa do Consumidor	0,00 €	0,00 €
-Adeco - Associação para a Defesa dos Consumidores Cabo Verde	0,00 €	0,00 €
-Acobes-Associação Consumidores Bens e Serviços Guiné Bissau	0,00 €	0,00 €
-Conselho dos Consumidores de Macau	0,00 €	1.000,00 €
Totais para o ano de 2016	0,00 €	1.000,00 €
Quotizações de Associados de 2017		
-Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor - DECO	1.000,00 €	1.000,00 €
-Proteste - Associação Brasileira Defesa do Consumidor	1.000,00 €	1.000,00 €
-Adeco - Associação para a Defesa dos Consumidores Cabo Verde	200,00 €	200,00 €
-Conselho dos Consumidores de Macau	1.000,00 €	1.000,00 €
Totais para o ano de 2017	3.200,00 €	3.200,00 €
Outras Receitas	0,00 €	#REF!
-Donativo Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor - DECO	0,00 €	674,57 €
TOTAL DE RECEITAS	3.200,00 €	4.874,57 €
Despesas		
Avença contabilidade de 2017	-300,00 €	0,00 €
Avença contabilidade de 2016	0,00 €	-1.800,00 €
Encargos Bancários	-62,90 €	0,00 €
Imposto de Selo	0,00 €	-3,78 €
Internet	-42,00 €	-57,00 €
Outras Despesas	0,00 €	0,00 €
....	0,00 €	0,00 €
....	0,00 €	0,00 €
TOTAL DE DESPESAS	-404,90 €	-1.860,78 €
RESULTADO DO EXERCÍCIO	2.795,10 €	3.013,79 €
Saldos de contas	2017	2016
Valores existentes em Depósitos à Ordem	9.034,88 €	7.239,78 €
Valores a receber de Associados	900,00 €	1.400,00 €
Valores a pagar a DECO (remanescente das despesas de constituição)	0,00 €	0,00 €
Valores a pagar a Técnico de Contas (avença de final de ano)	-300,00 €	-1.800,00 €

O Contabilista Certificado nº 38468



PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	8	0,00 €	0,00 €
Quotizações de Associados	8	3.200,00 €	5.600,00 €
Subsídios à exploração e Projectos	8	0,00 €	0,00 €
Variação nos inventários da produção		0,00 €	0,00 €
Trabalhos para a própria entidade		0,00 €	0,00 €
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00 €	0,00 €
Fornecimentos e serviços externos		-404,90 €	-1.860,78 €
Gastos com o pessoal		0,00 €	0,00 €
Ajustamento de inventários (perdas/reversões)		0,00 €	0,00 €
Provisões (aumentos/reduções)		0,00 €	0,00 €
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00 €	0,00 €
Aumentos/reduções de justo valor		0,00 €	0,00 €
Outros rendimentos		0,00 €	674,57 €
Outros gastos		0,00 €	0,00 €
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		2.795,10 €	4.413,79 €
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		0,00 €	0,00 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		2.795,10 €	4.413,79 €
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00 €	0,00 €
Juros e gastos similares suportados	6	0,00 €	0,00 €
Resultado antes de impostos		2.795,10 €	4.413,79 €
Imposto sobre o rendimento do período		0,00 €	0,00 €
Resultado líquido do período		2.795,10 €	4.413,79 €

A Direcção



O Contabilista Certificado nº 38468

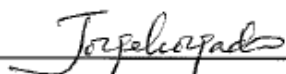


MAPA DE RECEBIMENTOS E PAGAMENTOS - ANO DE 2017


RECEBIMENTOS		PAGAMENTOS	
1. Rendimentos da atividade		1. Funcionamento	
Jóias e quotas	3.700,00 €	Pessoal	0,00 €
Atividades	0,00 €	Seguros	0,00 €
Donativos	0,00 €	Rendas	0,00 €
Subsídios	0,00 €	Manutenção	0,00 €
Outros	0,00 €	Água, eletricidade e gás	0,00 €
Total de rendimentos da atividade	3.700,00 €	Representação e deslocações	0,00 €
		Comunicações	42,00 €
2. Rendimentos comerciais	0,00 €	Material de escritório	0,00 €
		Higiene, segurança e conforto	0,00 €
3. Rendimentos de capitais	0,00 €	Despesas específicas das atividades	1.800,00 €
		Outras	62,90 €
4. Rendimentos prediais	0,00 €	Total de despesas de funcionamento	1.904,90 €
		2. Investimento	
TOTAL DE RECEBIMENTOS	3.700,00 €	Aquisição de equipamentos	0,00 €
		Aquisição ou construção de instalações	0,00 €
		Outras aquisições	0,00 €
		Total de gastos com investimento	0,00 €
		TOTAL DE PAGAMENTOS	1.904,90 €

Total de disponibilidades do ano anterior	7.239,78 €
Receitas	3.700,00 €
Despesas	-1.904,90 €
Saldo para o ano seguinte	9.034,88 €

A Direção



O Contabilista Certificado nº 38468



DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FIMDO EM 31-12-2017

Descrição	Capital Próprio atribuído às associações de língua portuguesa em 31-12-2017											Capital Próprio	
	Capital Próprio	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Reserva de Avaliação	Reserva de Revalorização	Reserva de Impairment	Reserva de Transição	Reserva de Avaliação de Ativos	Reserva de Avaliação de Passivos	Reserva de Avaliação de Ativos e Passivos	Reserva de Avaliação de Ativos e Passivos		
Posição no início do período	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Relevância da aquisição de novo investimento contabilizado													
Alterações de perfil das contabilizações													
Diferenças decorrentes da reavaliação de ativos e passivos													
Reavaliação decorrente da reavaliação de ativos e passivos													
Reavaliação decorrente da reavaliação de ativos e passivos													
Ajustamentos por impostos diferidos													
Outras alterações reconhecidas no capital próprio													
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
RESULTADO DETERMINADO													
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO													
Emissão													
Subscrição, despesa e custos													
Outras operações													
Posição no fim do período	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

A Direcção

João Carlos

A Direcção

João Carlos

O Contabilista Certificado nº 58405


DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 31-12-2016

Descrição	Capital próprio e alterações das demonstrações de capital de propriedade										Total do Capital Próprio	
	Capital próprio	Ações próprias	Quota participativa de capital próprio	Reserva de avaliação	Reserva de avaliação	Reserva de avaliação	Reserva de avaliação	Reserva de avaliação	Reserva de avaliação	Reserva de avaliação		
posição no início do período	0,00 €			0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-1.404,51 €	0,00 €
alterações no período												
Primeira adopção de nova metodologia contabilística												0,00 €
Alteração de política contabilística												0,00 €
Diferença converção demonstrações financeiras												0,00 €
Realização excidente de recompração de ações livres												0,00 €
Excedentes de reavaliação de activos fixos												0,00 €
Aumentos por impactos alterações												0,00 €
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO												
RESULTADO INTERMEDIÁRIO												
OPERAÇÕES COM PATRIMÓNIO CAPITAL DO PERÍODO												
Emissão												0,00 €
Subscrição de ações a longo prazo												0,00 €
Outras operações	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
posição no fim do período	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

O Contabilista Certificado nº 28468



A Direcção



Contribuinte nº 513196309
 Emitido por ACPER em 05-03-2018 12:29:42
Balancete do Razão - Contabilidade Geral

Fls: 15ª

(Euros)

Cód.	CONTA Designação	VALORES MENSUAIS		VALORES ACUMULADOS		SALDOS	
		Débitos	Créditos	Débitos	Créditos	Devedores	Credores
12	DEPÓSITOS À ORDEM			10.939,78	1.904,90	9.034,88	
22	FORNECIDORES			42,00	392,00		300,00
26	FUNDADORES, DOADORES E ASSO			5.689,00	3.716,00	900,00	
27	OUTRAS CONTAS A RECEBER E PA			3.600,00	3.600,00		
56	RESULTADOS TRANSFERIDOS				6.838,78		6.838,78
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EX			4.004,50	4.004,50		
72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS			3.200,00	3.200,00		
81	RESULTADO LIQUIDO DO PERÍOD	2.795,10	2.795,10	6.413,79	12.208,69		2.795,10
TOTAL GERAL:		2.795,10	2.795,10	35.800,47	35.800,47	9.934,88	9.934,88

U. Marques

CONSUMARE OICLP, 2017
 Contribuinte nº 51269309
 Emitido por ADMIN em 05-03-2018 12:29:02

Balancete do Razão - Contabilidade Geral

Mês: Dezembro

Cód.	Designação	VALORES MENSAIS		VALORES ACUMULADOS		SALDOS	
		Débitos	Créditos	Débitos	Créditos	Devedores	Credores
12	DEPÓSITOS À ORDEM			10.938,78	1.994,40	5.034,88	
22	FORNECEDORES		300,00	42,00	342,00		300,00
26	FUNDADORES, DONADORES E ASSO			1.600,00	3.700,00	900,00	
27	OUTRAS CONTAS A RECEBER E PA			3.500,00	3.600,00		
56	RESULTADOS TRANSFERIDOS				5.038,78		6.538,78
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EX	300,00		2.284,00	1.806,00	2.284,00	1.800,00
72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS				3.256,00		3.290,00
81	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍOD			4.413,78	4.413,78		
TOTAL GERAL:		300,00	300,00	25.800,47	25.800,47	12.198,78	12.198,78

[Assinatura]


 CONSUMARE OICLP, 2017

Contribuinte nº 511190309

Emitido por ADMIN em 05-03-2018 12:29:51

Balancete Analítico - Contabilidade Geral

Mês: Dezembro

(Euros)

Código	CONTA Designação	VALORES MENSAIS		VALORES ACUMULADOS		SALDOS	
		Débitos	Créditos	Débitos	Créditos	Devedores	Credores
12	DEPÓSITOS À ORDEM			10.939,78	1.904,91	9.034,88	
12.1	Millennium bco			10.939,78	1.904,91	9.034,88	
22	FORNecedores		300,00	42,00	342,00		300,00
22.1	FORNecedores G/C		300,00	42,00	342,00		300,00
22.1.1	FORNecedores Gerais		300,00	42,00	342,00		300,00
22.1.1.001	Pisa			42,00	42,00		
22.1.1.002	Marques & Vieira, Lda		300,00		300,00		300,00
26	FUNDADORES, DOADORES E ASSOCIAD.			4.600,00	3.700,00	900,00	
26.4	QUOTAS			4.600,00	3.700,00	900,00	
26.4.01	Assoc. Portuguesa para Defesa do Consum			1.000,00	1.000,00		
26.4.02	ADECO-Associação para a Defesa do Con			300,00	200,00		
26.4.03	Conselho Consumidores Governo RAU MA			3.000,00	1.000,00		
26.4.04	Proteste - Brasil			1.000,00	1.000,00		
26.4.05	ACDBES - Assoc. Consumidores Beis e S			500,00	500,00		
26.4.06	Proconsumeri-Ass.Estudo Defesa Consum			300,00		300,00	
26.4.07	Federação Angolana Associação de Consum			600,00		600,00	
27	OUTRAS CONTAS A RECEBER E PAGAR			3.600,00	1.600,00		
27.2	DEVEDORES E CREDORES POR ACRÉSC.			1.800,00	1.800,00		
27.2.2	Credores por acréscimos de gastos			1.800,00	1.800,00		
27.2.2.9	Outros Acréscimos - Contabilidade			1.800,00	1.800,00		
27.8	OUTROS DEVEDORES E CREDORES			1.800,00	1.800,00		
27.8.0	Devedores e Credores Diversos			1.800,00	1.800,00		
27.8.0.01	Vitor Manuel Neves Laranjo Marques (TD)			1.800,00	1.800,00		
56	RESULTADOS TRANSITADOS				6.839,78		6.839,78
56.1	De Exercícios Anteriores				6.839,78		6.839,78
62	FORNecimentos e SERVIÇOS EXTERNO	300,00		2.204,90	1.800,00	2.204,90	1.800,00
62.2	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	300,00		2.162,90	1.800,00	2.162,90	1.800,00
62.2.1	Trabalhos especializados	300,00		300,00		300,00	
62.2.1.2	Trib. Especial.Outros (REI)	300,00		300,00		300,00	
62.2.1.3.1	Serviços de Contabilidade	300,00		300,00		300,00	
62.2.4	Honorários		1.800,00		1.800,00		1.800,00
62.2.4.1	Honorários de Colaboradores		1.800,00		1.800,00		1.800,00
62.2.4.1.3	Honor. Colab.Outros (REI)		1.800,00		1.800,00		1.800,00
62.2.4.1.3.01	Vitor Manuel Neves Laranjo Marques (TD)		1.800,00		1.800,00		1.800,00
62.2.4.1.3.99	Honorários Referentes a Anos Anteriores				1.800,00		1.800,00
62.2.7	Serviços Básicos		62,90			62,90	
62.6	SERVIÇOS DIVERSOS		42,00			42,00	
62.6.2	Comunicação		42,00			42,00	
62.6.2.4	Internet		42,00			42,00	
62.6.2.4.3	Internet (RIS/REPK)		42,00			42,00	
72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS				3.200,00		3.200,00
72.2	QUOTAS DE ASSOCIADOS				3.200,00		3.200,00
72.2.1	QUOTAS DO EXERCÍCIO CORRENTE				3.200,00		3.200,00
72.2.1.01	Associação Portuguesa Defesa Consumid				1.000,00		1.000,00
72.2.1.04	Associação para Defesa Consumid.Cabo V				200,00		200,00



COMENTÁRIOS ÀS CONTAS

1. Identificação da entidade

1.1 - Designação da entidade:

CONSUMARE OICLP - Organização Internacional das Associações de Consumidores de Língua Portuguesa

1.2 - Sede

Rua de Artilharia Um, 79 - 5º
1269-160 Lisboa

1.3 - Natureza da actividade:

Promover, desenvolver, apoiar e fomentar a defesa dos direitos dos consumidores, apoiar os seus membros e trabalhar diretamente com estes visando informar os consumidores bem como defender e promover os seus direitos.

2. Comentários

2.1. Enquadramento:

As demonstrações financeiras do exercício foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, de acordo com as normas para as Entidades do Sector Não Lucrativo.

2.2. - Disponibilidades

O valor de 9.034,88€ corresponde, na totalidade, ao saldo da conta de Depósitos à Ordem com o nr 000045455899926, constituída junto do Millennium BCP.

2.3.- Clientes e Fornecedores

O valor de 300,00€ em dívida a Fornecedores corresponde aos serviços de contabilidade de 2017.

2.4.- Fundadores / Associados

O saldo de 900,00€ corresponde a quotas de 2015 e 2016 faturados mas ainda não recebidos. Estes valores foram faturados com base nas cartas-compromisso desses Associados e considerados como rendimentos do exercício corrente.

2.5.- Outras Contas a Pagar

Não existem outras contas a pagar tendo sido saldado o pagamento da contabilidade de 2016.

2.6.- Fornecimentos e Serviços Externos

Este item diz respeito às despesas inerentes com a actividade da Associação, encontrando-se dividida pelas seguintes contas:

- Serviços de Contabilidade:	300,00 €
-Manutenção do Site na Internet:	42,00 €
-Despesas Bancárias:	<u>62,90 €</u>
Total:	<u>404,90 €</u>

2.7.- Quotizações de Associados

Esta conta apresenta um rendimento total de 3.200,00€ correspondentes integralmente a quotas do ano de 2017.

2.8. Outros Proveitos

Não existiram outros proveitos em 2017.

3. Resultado do Exercício

A Associação apresenta um resultado positivo de 2.795,10 € (Dois mil setecentos e noventa e cinco euros e dez centimos) que se propõe sejam transferidos para Resultados Transitados, aumentando assim o Capital Próprio da Associação.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2018

A Direcção



O Contabilista Certificado nº 38468





ANEXO

1. Identificação da entidade

1.1 - Designação da entidade:

CONSUMARE OICLP - Organização Internacional das Associações de Consumidores de Língua Portuguesa

1.2 - Sede

Rua de Artilharia Um, 79 - 5º
1269-160 Lisboa

1.3 - Natureza da actividade:

Promover, desenvolver, apoiar e fomentar a defesa dos direitos dos consumidores, apoiar os seus membros e trabalhar diretamente com estes visando informar os consumidores bem como defender e promover os seus direitos.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Enquadramento:

As demonstrações financeiras do exercício foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, vertidas no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a Estrutura Conceptual (EC) e a Normas Contabilísticas de Relato Financeiros para as Entidades do Sector Não Lucrativo - ESNL de acordo com o Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 09 de Março e as Portarias nº 105/2011 de 14 de Março, 106/2011 de 14 de Março, o Aviso nº 6726-B/2011 de 14 de Março. As divulgações respeitam o exigido pela Portaria 220/2015 de 24 e Julho de 2015.

2.3. - Reconciliação do Fundo associativo

Não foi necessário proceder a qualquer ajustamento ou reconciliação.

3- Principais políticas contabilísticas

3.1. - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

a) Activos Intangíveis

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os activos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que benefícios económicos futuros atribuíveis ao activo fluam para a Entidade, sejam controláveis e o seu custo possa ser valorizado com fiabilidade.



Os activos sem vida útil definida não estão sujeitos a amortização, mas são objecto de testes de imparidade anuais.

As despesas de desenvolvimento são reconhecidas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar o seu uso e para as quais é provável que o activo criado venha a gerar benefícios futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gastos do exercício em que são suportadas.

As amortizações de um activo intangível com vida útil finita são calculadas, após a data de início de utilização, de acordo com o modelo de consumo dos benefícios económicos. Quando o referido modelo não puder ser determinada, após o início de utilização dos bens, utiliza-se o método de linha recta em conformidade com período de vida útil estimado, tendo em consideração o valor residual.

b) Activos Fixos Tangíveis

Os activos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao seu custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas

As depreciações destes activos são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método das quotas constantes, utilizando-se para o efeito as taxas máximas definidas na Portaria 737/81, de 29 de Agosto para bens adquiridos antes de 01 de Janeiro de 1989, no Decreto Regulamentar 2/90 de 12 de Janeiro para bens adquiridos entre 01 de Janeiro de 1989 e 31 de Dezembro de 2009 e no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro para bens adquiridos após 01 de Janeiro de 2010, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens.

c) Custos de Empréstimos Obtidos

Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos. De qualquer modo não foram celebrados novos contratos de empréstimos que exigissem a sua capitalização e integração nos custos de aquisição, construção ou produção de um novo activo.

d) Propriedades de Investimento

A Associação não possui activos fixos tangíveis classificados como propriedades de investimento destinados a valorização do capital ou à obtenção de rendas.

**e) Investimentos em Associadas**

A Associação não possui investimentos em associadas, participadas ou outras entidades.

f) Inventários

A Associação não detém inventários de mercadorias ou qualquer outro bem detido para venda.

g) Impostos sobre o Rendimento

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da Associação de acordo com a regras fiscais em vigor, não existindo impostos diferidos.

h) Instrumentos Financeiros**Cientes e outras dívidas de terceiros**

As dívidas de clientes e de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registados pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas Clientes, Fornecedores, Outras contas a receber e a pagar e Diferimentos.

Caixa e Depósitos Bancários

Os montantes incluídos na rubrica Caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor. Os descobertos bancários, a existirem, são apresentados no Balanço, no Passivo corrente, na rubrica de Financiamentos obtidos.

i) Benefícios dos Empregados

A Associação atribui os seguintes benefícios aos empregados:

Benefícios a curto prazo: ordenados, salários, subsidio de alimentação, diuturnidades, abonos para falhas de caixa, contribuições para a segurança social e gratificações por desempenho. Estes benefícios são contabilizados no mesmo período temporal em que o empregado presta o serviço.

Benefícios pós emprego: não existem contribuições para planos de poupança reforma.



3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

Na preparação das Demonstrações financeiras a Direcção baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros. As Demonstrações financeiras foram preparadas numa perspectiva de continuidade não tendo a Associação necessidade ou intenção de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas acções que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. As alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

3.3. Alterações nas estimativas contabilísticas

Não existiram alterações nas estimativas contabilísticas que alterassem a apresentação das contas e dos respetivos movimentos e resultados.

3.4. Correções de erros de exercícios anteriores

Não existiram correções de exercícios anteriores que alterassem a conta de Resultados Transitados ou que influenciassem os resultados do corrente ano.

4 - ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os activos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, deduzido das depreciações e de perdas por imparidade.

As depreciações destes activos são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método das quotas constantes, utilizando-se para o efeito as taxas máximas definidas no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro para bens adquiridos após 01 de Janeiro de 2010, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens.

O processo de depreciação inicia-se no começo do exercício em que o respectivo bem entrou em funcionamento e as taxas de depreciação correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Edifícios e outras construções:	50 anos
Equipamento básico:	Entre 5 e 8 anos
Equipamento Administrativo:	Entre 3 e 8 anos
Outros activos fixos tangíveis:	Entre 4 e 8 anos



6 - CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Não aplicável

7 - INVENTÁRIOS

Não aplicável

8 - RENDIMENTOS E GASTOS

8.1. - Rendimentos e Gastos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio da contabilidade em regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas na rubrica de outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

8.2. - Rédito

O rédito compreende o justo valor da prestação de serviços, líquido de impostos e descontos.

O rédito reconhecido pela Associação em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 é detalhado conforme se segue:

Categoria	Em 31-12-2017	Em 31-12-2016
Prestações de Serviços	0,00 €	0,00 €
Subsídios/Donativos/Patrocínios	0,00 €	674,57 €
Projetos	0,00 €	0,00 €
Outros	0,00 €	0,00 €
Total	0,00	674,57

9 - INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de Investimentos Financeiros não apresentava saldos ou movimentos.



10 - SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

10.1. - Subsídios reconhecidos nos fundos patrimoniais

Não foram recebidos ou reconhecidos subsídios que afetaram os fundos patrimoniais.

10.2. - Benefícios sem valor atribuído obtidos de terceiras entidades

Não aplicável.

11 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

11.1. - Bases de mensuração e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros

Os activos e passivos financeiros foram mensurados ao custo ou custo amortizado menos perdas imparidades acumuladas.

Clientes/Fornecedores/Outras contas a receber e a pagar/Pessoal

Em 31 de Dezembro de 2016 e em 2015 a rubrica de Clientes/Fornecedores/Outras contas a receber e a pagar a Pessoal apresentava a seguinte decomposição:

Clientes/Fornecedores/Outras Contas Descrição	Em 31-12-2017			Em 31-12-2016		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Activos:						
Clientes	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Adiantamento a Fornecedores	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outras contas a receber	900,00 €	0,00 €	900,00 €	1.400,00 €	0,00 €	1.400,00 €
Perdas por Imparidade	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total do Activo	900,00 €	0,00 €	900,00 €	1.400,00 €	0,00 €	1.400,00 €
Passivos:						
Fornecedores	300,00 €	0,00 €	300,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Passivos por impostos Diferidos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outras contas a pagar	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total do Passivo	300,00 €	0,00 €	300,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total Líquido	600,00 €	0,00 €	600,00 €	1.400,00 €	0,00 €	1.400,00 €



Caixa e Depósitos Bancários

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de Caixa e Depósitos bancários apresentava a seguinte decomposição:

Caixa e Depósitos Bancários	Em 31-12-2017			Em 31-12-2016		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Activos:						
Caixa	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Depósitos à ordem	9.034,88 €	0,00 €	9.034,88 €	7.239,78 €	0,00 €	7.239,78 €
Outros depósitos bancários	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total do Activo	9.034,88 €	0,00 €	9.034,88 €	7.239,78 €	0,00 €	7.239,78 €
Passivos:						
Caixa	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Depósitos à ordem	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros depósitos bancários	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total do Passivo	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de Financiamentos obtidos não registava saldos ou movimentos.

Fundos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de Fundos apresentava a seguinte decomposição:

FUNDO	Em	Em
Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Fundo Associativo	0,00 €	0,00 €
Outros instrumentos do Fundo associativo	0,00 €	0,00 €
Reservas	0,00 €	0,00 €
Resultados transitados	6.839,78 €	2.425,99 €
Ajustamentos em activos financeiros	0,00 €	0,00 €
Outras variações do Fundo	0,00 €	0,00 €
Sub-total	6.839,78 €	2.425,99 €
Resultado Equido do exercício	2.795,10 €	4.413,79 €
Total	9.634,88 €	6.839,78 €

12 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 foram aprovadas pela Direcção e autorizadas para emissão em 02 de Março de 2017, afim de serem apresentadas a Assembleia Geral de Associados, marcada para o dia 21 de Março de 2018.

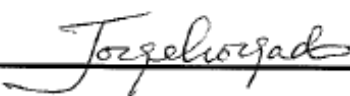
Após a data do Balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afectem o valor dos activos e passivos das demonstrações financeiras do período.

13 - IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

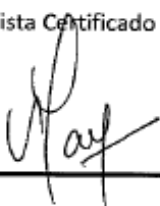
A Associação encontra-se totalmente isenta do Imposto sobre Rendimento das Pessoas Coletivas ao abrigo das alíneas b e c do nº 1 do artº 10º do CIRC.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2018

A Direcção



O Contabilista Certificado nº 38468



CONSELHO FISCAL

EXERCÍCIO DE 1 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO 2017

Este e o Relatório das Actividades do Conselho Fiscal e o seu Parecer sobre o Relatório e Contas apresentadas pela Direcção Executiva do CONSUMARE, relativamente ao Exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.

RELATÓRIO

No desempenho das suas funções o Conselho Fiscal recebeu e apreciou o Relatório de Actividades da Direcção, que considera informativo e elucidativo, relativo ao ano de 2017. O Conselho Fiscal deseja destacar e enaltecer a atividade que a Direcção da CONSUMARE realizou em 2017, pois, ajudou a aproximar e a aprofundar cada vez mais as relações das associações membros e dinamizar a cooperação que é fator decisivo para o alcance dos objetivos desejados. Enaltecer também o esforço que a Direcção da CONSUMARE fez durante o período em alusão para a formação E-Learning ação que tem contribuído para cada vez mais a capacidade técnica a nível nacional e ajudará, a médio prazo, a conseguir novas iniciativas e novas conquistas para a defesa do consumidor em cada um dos nossos países. Enaltece de igual modo esforço pelos contactos mantidos e o apoio dado pela Direcção da CONSUMARE a um grupo de cidadãos timorenses mobilizados, ação que culminou com a criação de uma estrutura de defesa do consumidor em Timor Leste.

O Conselho Fiscal exorta a Assembleia Geral da CONSUMARE, a saudar a Associação timorense Tane Konsumidor criada recentemente com reconhecimento oficial e a convidá-la a fazer parte da família CONSUMARE.

Exorta também a Assembleia Geral, a saudar as organizações que tenham suas quotas em dia e encorajar as outras ainda por cumprir o dever associativo no que tange o pagamento das quotas.

Ainda no desempenho das suas funções o Conselho Fiscal apreciou as Contas e formulou o seu Parecer sobre as mesmas depois de cabalmente informado dos actos praticados pela Direcção, tendo esta prestado todos os esclarecimentos que lhe foram solicitados para a fundamentação daquele Parecer.

PARECER

Que seja aprovado o Relatório e as Contas de exercício de 2017 nos termos apresentados pela Direcção.

Lisboa, 04 de Abril de 2018

O Presidente do Conselho Fiscal

Alexandre Bacião

ASSOCIADOS

ANGOLA

FAAC - Federação Angolana de Associações de Consumidores

Bairro Cassenda, Avenida 21 de Janeiro n.33 Luanda – Angola

faac1997@hotmail.com

BRASIL

PROTESTE – Associação Brasileira de Defesa do Consumidor

Avenida Lúcio Costa, 6420 – Barra da Tijuca – 22630-013 Rio de Janeiro

Ph. (+55) 0800-282-2205

www.proteste.org.br / proteste@proteste.org.br

CABO VERDE

ADECO – Associação para a Defesa do Consumidor

Bairro Holanda, Monte Sossego, Mindelo, São Vicente 2110. CP 330

Ph. (+238) 232 70 33

<http://www.adeco.cv> / adecodeolindadaluz@gmail.com

GUINÉ-BISSAU

ACOBES – Associação de Consumidores de Bens e Serviços da Guiné-Bissau

Rua Severino Gomes de Pina em Bissau. C.P. 858

acobes92@gmail.com

MOÇAMBIQUE

ProConsumers – Associação para o Estudo da Defesa do Consumidor

Av. Milagre Mabote 512, r/c dto. P.O. Box 1458 Maputo – Moçambique

Ph. (+258) 84000

<http://www.portaldoconsumidor.org.mz> / proconsum@hotmail.com

PORTUGAL

DECO - Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor

Rua da Artilharia Um, 79 - 4º. 1269-160 LISBOA

(+351) 21 371 02 00

<http://www.deco.proteste.pt> / decolx@deco.pt

S. TOMÉ E PRÍNCIPE

ASDECO – Associação S. Tomense de Defesa do Consumidor

S. Tomé, Rua de Cabo Verde

ontstpdis@cstome.net

OBSERVADORES

MACAU

Conselho de Consumidores da Região Administrativa Especial de Macau

Av. de Horta e Costa, N.º26, Edif. Clementina Ho, 3º a 5º andares, Macau

<http://www.consumer.gov.mo/> / info@consumer.gov.mo

Ph. (+853) 8988 9315 / Fax. (+853) 2830 7816

CONSUMARE

Rua da Artilharia 1, 79-5º. 1269-160 Lisboa, Portugal

Ph. (+351) 21 371 02 80 / Fax (351) 21 371 02 99

www.consumare.org